

# *Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil na Zona Rural*



*Paracatu - Minas Gerais  
2019*

**Prefeitura de Paracatu**  
**Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social**  
Realização

**Olavo Remígio Condé**  
Prefeito de Paracatu

**Ana Amélia de Melo Medeiros**  
Secretária de Desenvolvimento e Ação Social

**Equipe Técnica**  
Entidade Executora: **Fundação Conscienciarte**

**Projeto de Mãos Dadas Contra o Trabalho Infantil**  
Termo de Colaboração N° 01/2019

**Claudirene Rodrigues de Sousa**  
Diretora Administrativa

**Thiago dos Reis Gomes Venâncio**  
Coordenador Administrativo

**Divino Bartolomeu Moreira**  
Coordenador de Projeto

**Aline Freitas Oliveira**  
Auxiliar de Projeto

**Viviane Fernandes Oliveira**  
**Vinicius Ramos Peres**  
Pesquisadores

**SUMÁRIO**

Lista de mapas .....	3
Lista de tabelas .....	4
Lista de gráficos.....	5
Capítulo 1 - caracterização do município de Paracatu.....	6
Capítulo 2 - Apresentação da infraestrutura de serviços básicos .....	19
Capítulo 3 - Apresentação da infraestrutura de serviços sociais .....	21
Capítulo 4 - Aplicação de recursos do orçamento municipal e políticas públicas na zona rural.....	24
Capítulo 5 - Conceito de trabalho infantil .....	34
Capítulo 6 - Identificação das vulnerabilidades socioterritoriais .....	38
Capítulo 7 - Avaliação do funcionamento do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.....	62
Bibliografia .....	64

**LISTA DE MAPAS**

Mapa 01 - Mapa Territorial de Paracatu .....	06
Mapa 02- localização de Paracatu .....	12
Mapa 03 - Municípios Limítrofes .....	13
Mapa 04 - Panorama Brasil Trabalho Infantil – Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos por região.....	37

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 - Quantitativo de Leite Recebido pela COOPERVAP .....	07
Tabela 02 - Perspectiva de Crescimento da População Rural .....	15
Tabela 03 - Índice de Desenvolvimento Humano .....	15
Tabela 04 - Renda, Pobreza e Desigualdade .....	16
Tabela 05 - Índice de GINI .....	17
Tabela 06 - IDHM Paracatu .....	17
Tabela 07 - IDHM e seus Componentes .....	18
Tabela 08 - Serviços de Internet .....	20
Tabela 09 - Associações Rurais .....	24
Tabela 10 - Valores Repassados às Associações Rurais .....	30
Tabela 11 - Mapeamento das Políticas Públicas na Zona Rural de Paracatu .....	31
Tabela 12 - Transporte Escolar na Zona Rural do Município de Paracatu .....	33
Tabela 13 - Vulnerabilidades por escola .....	39
Tabela 14 - Trabalho Infantil por escola .....	51
Tabela 15 - Detalhamento de vacinas UBS São Sebastião .....	56
Tabela 16 - Detalhamento de vacinas UBS Morro Agudo .....	57
Tabela 17 - Funcionamento dos PSF's .....	58
Tabela 18 - Registros de Violências .....	58
Tabela 19 - Violações no SGD .....	60

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 - Quantitativo de Leite Recebido pela COOPERVAP .....	08
Gráfico 02 - Renda, Pobreza e Desigualdade no Município de Paracatu .....	16
Gráfico 03 - Número de crianças e adolescentes ocupados, de 05 (cinco) a 17 (dezesete) anos de idade, no Brasil no período de 1992 a 2015 .....	36
Gráfico 04 - Total de casos de trabalho infantil zona rural – Paracatu – MG .....	53
Gráfico 05 - Vulnerabilidade por escola .....	41

## CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARACATU

O Município de Paracatu está localizado na mesorregião noroeste do estado de Minas Gerais. Faz fronteira com nove municípios, sendo cinco em Minas Gerais: Unai, Vazante, Guarda-Mor, João Pinheiro, e Lagoa Grande. E quatro no Goiás: Cristalina, Catalão, Campo Alegre, Itapemirim. Está a 220 km de Brasília - DF e a 500 km de Belo Horizonte.

Mapa 01 - Mapa Territorial de Paracatu



Fonte: Atlas Brasil.

Paracatu surgiu como um povoado em meados de 1690 e 1710, a principal atividade do povoado na época era a mineração de ouro. A exploração acabou por volta de 1820. Durante esse período o povoado viveu um processo de estagnação econômica, e só veio a melhorar com a construção da cidade de Brasília, visto que esta seria posteriormente o polo de uma região urbano-regional que constituiria relações de ordem social e econômica com os municípios e assim estabeleceu relações de forma imediata com a capital federal em busca de determinados bens e serviços. O povoado ficou conhecido também, por sua localização estratégica que ligava várias cidades de Minas Gerais e o interior do País.

O garimpo nessa época voltou a ser explorado no povoado. A atração exercida pela abundância que fluía de seus veios de água, contribuiu para o rápido crescimento do

arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas Gerais do Paracatu. Após período de grande crescimento, o arraial foi elevado a vila, com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, com um alvará de LD'Maria (a louca). Nesse período foram construídas pelos escravos, a Matriz de Santo Antônio em 1750 a Igreja do Rosário em 1744, Igreja de Sant'Ana em 1736. Hoje todas tombadas pelo patrimônio histórico. As igrejas abrigam uma coleção de imagens sagradas do séc. XVIII e com tudo, o produtivo do ouro excessivo, provocou a decadência da vila, que se restabeleceu com o crescimento na agropecuária. Nesse período a cidade viveu uma efervescida cultural no séc. XIX da qual se orgulha até hoje.

Em meados do séc. XX, com a construção de Brasília, a região tomou novo impulso e Paracatu beneficiou com as margens da BR 040. A transferência da capital federal para o interior do País, já havia sugerido durante o período monárquico por José Bonifácio de Andrada, que apontou como ideal localização da comarca de Paracatu. A modernidade chegou trazendo inúmeras transformações, que vão desde de um incremento da economia até uma mudança de mentalidade que inclui novos valores, novas arquiteturas e novo estilo de vida.

Paracatu conta hoje com uma agricultura altamente tecnificada, implantada em larga escala com uma pecuária intensiva, uma exploração mineral das mais modernas do mundo, convivendo com uma exploração agrícola rudimentar de subsistência e uma pecuária extensiva.

A COOPERVAP – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda é uma empresa natural de Paracatu-MG, fundada há mais de 55 anos, recebe a produção de leite de todo o município e região. A tabela a seguir mostra o quantitativo em litros de leite recebidos mensalmente de janeiro a agosto pela cooperativa para industrialização.

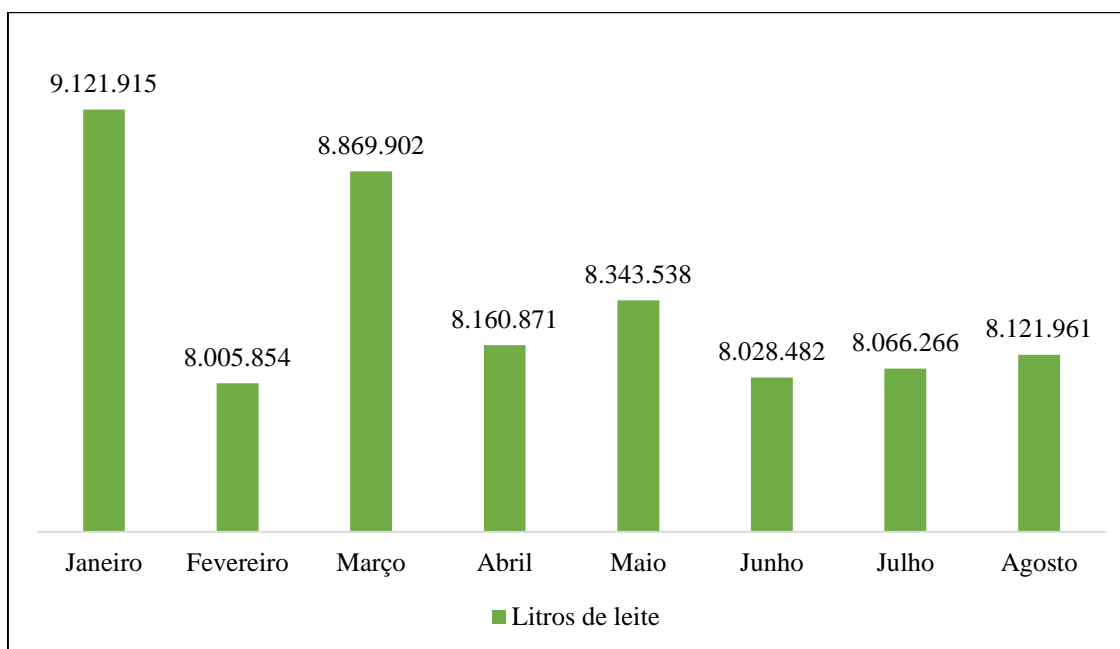
Tabela 01 - Quantitativo de Leite Recebido pela COOPERVAP

<b>QUANTITATIVO DE LITROS DE LEITE RECEBIDOS PELA COOPERVAP MENSALMENTE EM 2019</b>							
<b>Mês 01</b>	<b>Mês 02</b>	<b>Mês 03</b>	<b>Mês 04</b>	<b>Mês 05</b>	<b>Mês 06</b>	<b>Mês 07</b>	<b>Mês 08</b>
9.121.915	8.005.854	8.869.902	8.160.871	8.343.538	8.028.482	8.066.266	8.121.961

Fonte: COOPERVAP, 2019.



Gráfico 01 - Quantitativo de Leite Recebido pela COOPERVAP



Fonte: COOPERVAP, 2019.

Conta ainda com uma indústria de laticínios onde são produzidos alimentos de primeira qualidade tais como: Manteiga com sal; Leite UHG Integral; Queijo Parmesão; Leite UHG Desnatado; Leite Pasteurizado Padronizado; Doce de Leite; dentre outros de produtos no ramo da veterinária, ração etc. Alguns produtos como a manteiga por exemplo, foi premiada dezenas de vezes com reconhecimento nacional sendo a de melhor qualidade e sabor em sua categoria. Diante disto, a COOPERVAP lidera o mercado comercial com produtos de laticínios no município, na região e inclusive no Distrito Federal.

A COOPERFRUTA foi fundada em 2013 da necessidade de transformar a ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PARACATU em cooperativa, com recursos que a mesma obtinha em parceria com a Votorantim.

A Associação existe desde 2000 sendo que em 2003 iniciou-se um trabalho com um Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

E em 2008 começou o trabalho com o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferecendo alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

Atualmente há uma subdivisão entre a ACCAF e a COOPERFRUTA, onde a ACCAF responsável pelos grãos e a COOPERFRUTA pelas frutas. Os principais produtos da associação - ACCAF são a farinha, mandioca, canjica, rapadura, arroz, feijão, hortifrúti em geral. Da cooperativa são polpas de frutas típicas da nossa região: maracujá, goiaba, acerola, caju, tamarindo e manga.

A Comercialização dos produtos da COOPERFRUTA é feita por meio de um Programa Específico do Governo denominado PNAE, onde a maioria dos produtos são comercializados para as escolas públicas e existe ainda uma pequena comercialização externa.

A quantidade recebida anualmente é de aproximadamente 40 a 45 toneladas de frutas. As regiões fornecedoras são: Assentamentos: Nova Lagoa Rica, Jambeiro e regiões, Santa Rosa, Nolasco, São Domingos e Aldeia.

O retorno financeiro é feito de acordo com a pesagem e o valor de cada fruta, sendo que cada uma possui um valor específico.

A COOPERFRUTA conta também com consultoria especializada de um técnico agrícola e um agrônomo que dão suporte aos produtores. Representam uma atividade de extrema importância na fomentação das unidades produtivas indiferentes de seus portes (pequenas ou grandes fazendas ou latifundiários).

Neste escopo entram os serviços de consultoria, assessoria, orientação e análise de produção (solo, semente, cultura, clima, fertilização, condições climáticas, entre outras).

## **TURISMO LOCAL**

A cidade se mantém como referência em turismo, folclore, tecnologia e desenvolvimento dentro da região. O turismo na cidade de Paracatu cresce em grande escala devendo-se principalmente ao fato do município, no ano de 2010, ter sido tombado patrimônio histórico nacional e cultural brasileiro pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e por incentivos público-privados, como na criação da Associação de Condutores de Turismo de Paracatu, atualmente coordenadoria do Centro de Atendimento ao Turista local no qual o visitante pode contar com informações referentes aos atrativos da cidade e com conduções. A criação de projetos de educação patrimonial e a preservação do núcleo histórico, dos atrativos naturais e dos quilombos remanescentes da cidade deram bons frutos para o desenvolvimento do turismo no local.

Paracatu pertence ao seleto grupo das dez cidades nacionalmente tombadas em Minas Gerais, o que a coloca no patamar de um dos municípios mineiros mais ricos culturalmente e patrimonialmente, sendo integrante também da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais.

Os quilombos Paracatuenses são considerados uns dos mais importantes de Minas Gerais, eles são dotados de elementos únicos. Tais comunidades, segundo documentário feito pelo IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira) juntamente com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) se subdividem em alforriadas e fugitivas as quais tem grande relevância quanto a constituição étnica da população Paracatuense, que em sua maioria é afrodescendente. Recentemente elas vêm sendo foco de estudos antropológicos, sociológicos e históricos. Em três deles há espaço aberto para a visita de turistas (o quilombo de São Domingos, São Sebastião e o da Lagoa de Santo Antônio). O dinheiro arrecadado com a atividade contribui para a manutenção e a preservação da identidade de tais povos e da proteção em relação às suas terras. As outras que não são abertas à comunidade para visita são a comunidade do Amaro, Machadinho e Porto Pontal.

Estima-se que a comunidade de São Domingos exista há mais de duzentos anos. Segundo relatos dos moradores, as famílias Ferreira, Lopes e Mendanha se instalaram naquela região que fica a três quilômetros do atual centro da sede urbana.

Na Comunidade do São Domingos acontece a maior e mais antiga Caretada da cidade. De acordo com dona Magna Aparecida dos Reis Souto, moradora tradicional da comunidade, a Caretada do São Domingos é celebrada há mais de 200 anos.

A Festa folclórica, a Caretada de Paracatu celebra o nascimento de São João Batista, o precursor de Jesus Cristo. Dança de origem africana, a Caretada, também chamada de Caretagem, é uma tradição passada de geração em geração nas comunidades remanescentes de quilombos em Paracatu. A festa é realizada todo dia 23 para 24 de junho, coroando e precedendo a novena de São João Batista.

Este folclore é realizado apenas por pessoas negras, sobretudo homens. No rito da coreografia, são 40 elementos distribuídos em 20 damas (homens travestidos) e 20 cavalheiros. As mulheres não participam, pois são elas quem preparam as comidas e as bebidas para receberem os caretas nas casas, onde as pessoas comem e bebem à vontade sem gastar nada. A indumentária é toda em fitas coloridas, terminadas por guizos de bronze. Os caretas usam também as máscaras que, segundo dona Magna, eram utilizadas para que os senhores de escravos não os reconhecessem.

A instrumentação típica é composta de uma sanfona pé-de-bode, gaita ponto, pandeiro, caixa, violão, viola, rabeça e maraca. Tudo originalmente histórico e rústico, assim como as músicas cantadas pelos caretas.

Além do São Domingos, a Caretada de Paracatu também é realizada nos distritos do São Sebastião e Lagoa de Santo Antônio e nos bairros Alto do Açude e Paracatuzinho.

A comunidade dos Amaros, é composta apenas por uma família, mas já chegaram a ter 400 moradores na comunidade. Ela foi criada nas terras que o escravo Amaro Pereira de Mercês comprou no séc. XVII. Era uma região erudita e abandonada pela mineração. A caretada também é uma manifestação cultural mais marcante na comunidade.

A comunidade Machadinho existe desde que Francisco Morais Lima e sua família chegaram com os bandeirantes no sec. XVIII. Estima que, atualmente, vivam cerca de mil quilombos na região que foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2004. Os moradores praticam a reza de Santa Cruz, a quadrilha e também um terno de folia de reis.

Aproximadamente a 55 quilômetros da sede do Município de Paracatu está localizada a comunidade quilombola de Pontal. Vivem no Local aproximadamente 140 habitantes e o nome da comunidade se dá por conta de um porto de balsa no rio Paracatu que era muito usado antes da construção da rodovia local. Como a população é majoritariamente católica, além da folia de reis são muito tradicionais as comemorações de São Benedito, São Sebastião e Santa Mônica, a padroeira de pontal.

As atividades econômicas dos moradores são o trabalho agrícola (o açafraão é um produto tradicionalmente comercializado), a criação de gado leiteiro, o emprego fora da comunidade, a produção dos equipamentos coletivos de beneficiamento local (casa de farinha, moinho de cana e olaria) e o turismo.

A história de Paracatu levou o município a se tornar um dos mais importantes da região do noroeste de Minas. Não só a sua população é a maior, como também o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é superior a todos os demais. A economia local está entre as maiores do estado de Minas Gerais e no contexto de sua região fica à frente de todos os outros. O desenvolvimento econômico de Paracatu pode ser observado em suas paisagens.

Edifícios modernos estão ao lado de construções históricas que dão ao Município características urbanas e históricas ao mesmo tempo. Paracatu é um centro de

oportunidades. Sua indústria, comércio e agropecuária se destacam no cenário mineiro e atraem empresas e pessoas de diversas partes para a realização de negócios no município.

Poucos lugares possuem tanta diversidade quanto Paracatu, ela é a única cidade histórica da região Noroeste de Minas Gerais. São mais de dois séculos de história que refletem a cultura barroca em igrejas, sobrados, becos e ruas. A diversidade ecológica também está presente na flora e fauna.

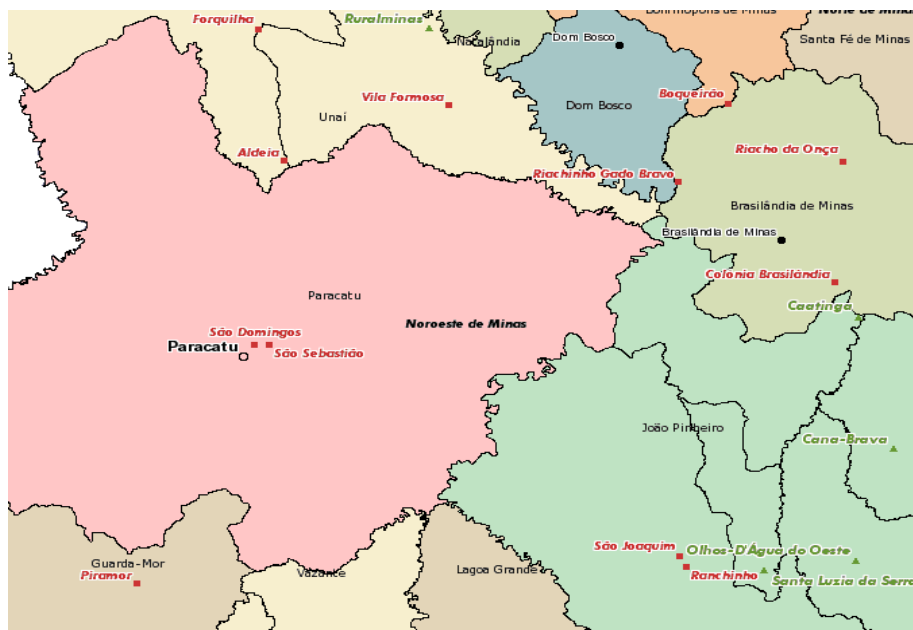
Uma das principais características do Paracatuense é preservar suas tradições e valores, principalmente os religiosos. Além de toda a natureza, o patrimônio histórico da cidade é muito belo. O prédio conhecido como "Sobradinho Dona Beija", foi o primeiro prédio do arraial de São Luiz e passou a ser conhecido como arquivo público. O Museu Histórico também é um dos cartões postais da cidade. As pessoas se orgulham da cidade de Paracatu, por todas as suas qualidades culturais e naturais. A hospitalidade de seus moradores é transformada em outra marca, o que fez o setor de turismo crescer cada vez mais.

Mapa 02- localização de Paracatu



Fonte: Fundação Guimarães Rosa

Mapa 03 - Municípios Limítrofes



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

## FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com denominação de Paracatu do Príncipe por Alvará de 26 de outubro de 1798, e pela Lei Estadual Nº 2, de 14 de setembro de 1891. Elevado à categoria de vila com a denominação de Paracatu do Príncipe por Alvará de 20 de outubro de 1798, sendo desmembrado de vila de Sabará. Sede na antiga vila de Paracatu do Príncipe. Instalada em 18 de dezembro de 1799. Elevado à condição de cidade com a denominação de Paracatu pela Lei Provincial Nº 163, de 09 de março de 1840.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído de 7 distritos: Paracatu, Buritis, Formoso, Guarda Mor, Lajes, Morrinhos e Rio Preto. Assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1 de setembro de 1920.

A Lei Estadual Nº 843, de 07 de setembro de 1923, desmembra do município de Paracatu os distritos de Buritis, Formoso e Arinos para constituírem o novo município de São Romão. Pela mesma Lei Estadual é criado o distrito de Guarapuava e anexado ao município de Paracatu. O distrito de Rio Preto tomou o nome de Unai.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído de 5 distritos: Paracatu, Guarapuava, Guarda-Mor, Lajes e Unai.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de novembro de 1936 e 31 de novembro de 1937.

Pelo Decreto-lei Estadual N° 148, de 17 de dezembro de 1938, é criado o distrito de Vazantes com terras desmembradas do distrito de Guarda-Mor e anexado ao município de Paracatu.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 6 distritos: Paracatu, Guarapuava, Guarda-Mor, Lajes, Unaí e Vazante.

O Decreto-lei Estadual N° 1.058, de 31-12-1943, desmembra do município de Paracatu os distritos de Unaí, Fróis e Guarapuava, para constituírem o novo município de Unaí. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 3 distritos: Paracatu, Guarda-Mor e Vazante.

Pela Lei N° 336, de 27 de dezembro de 1948, o distrito de Vazante teve sua grafia alterada para Vazante.

Em divisão territorial datada de 1 de julho de 1950 o município é constituído de 3 distritos: Paracatu, Guarda-Mor e Vazante.

A Lei N° 1.039, de 12 de dezembro de 1953, desmembra do município de Paracatu os distritos de Vazante e Guarda Mor, para constituírem o novo município de Vazante.

Em divisão territorial datada de 1 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

## **CENÁRIO POLÍTICO**

O atual prefeito da cidade é Olavo Remígio Condé, que cumpre o segundo mandato na cidade, eleito com 54,32% dos votos totalizando 24.584 votos, sua gestão deve durar entre os anos de 2017 e 2020 ao lado do vice-prefeito Adelson Cunha. Ambos candidatos da coligação Amor por Paracatu (PP / PDT / PSDB / PSD / PMN).

## **PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL**

A tabela abaixo mostra a perspectiva do crescimento da população da zona rural, segundo o plano municipal de saneamento básico elaborado pelo município, com uma revisão até 2020.

Tabela 02 - Perspectiva de Crescimento da População Rural

ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PARACATU		
ANO	POPULAÇÃO RURAL	ÍNDICE CRESCIM. (% a.a.)
2010	10946	(CENSO)
2011	11083	
2012	11221	2,51%
2013	11361	1,25%
2014	11502	1,25%
2015	11646	1,25%
2016	11771	1,08%
2017	11898	1,08%
2018	12027	1,08%
2019	12156	1,08%
2020	12288	1,08%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Tabela 03 - Índice de Desenvolvimento Humano

MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Paracatu	0,458	0,613	0,744

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

### ÍNDICE DE GINI

O levantamento foi elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo IBGE. A renda média domiciliar per capita representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores. A renda per capita média de Paracatu cresceu 98,38% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 321,51, em 1991, para R\$ 443,35, em 2000, e para R\$ 637,80, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,67%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,63%, entre 1991 e 2000, e 3,70%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior



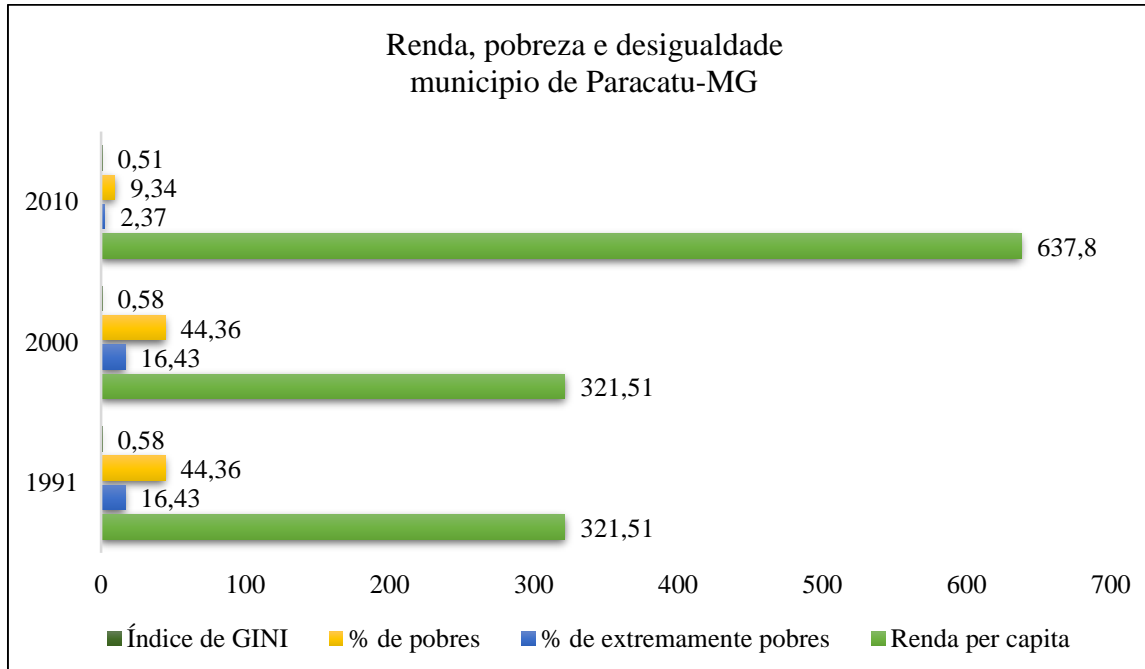
a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 44,36%, em 1991, para 28,15%, em 2000, e para 9,34%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de GINI, que passou de 0,58, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,51, em 2010.

Tabela 04 - Renda, Pobreza e Desigualdade

<b>RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE</b>			
<b>PARACATU – MG</b>			
<b>Períodos</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Renda per capita</b>	321,51	443,35	637,80
<b>% de extremamente pobres</b>	16,43	8,64	2,37
<b>% de pobres</b>	44,36	28,15	9,34
<b>Índice de GINI</b>	0,58	0,59	0,51

Fonte: Atlas Brasil.

Gráfico 02 - Renda, Pobreza e Desigualdade no Município de Paracatu - MG



Fonte: Atlas Brasil.

Segundo o PNUD, o índice de GINI “mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0,

quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes”.

Tabela 05 - Índice de GINI

<b>ÍNDICE DE GINI</b>			
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>Paracatu</b>
1991	0,63	0,61	0,58
2000	0,55	0,61	0,59
2010	0,60	0,56	0,51

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Tabela 06 - IDHM Paracatu

<b>IDHM PARACATU</b>			
<b>Ano</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>
<b>1991</b>	0,594	0,686	0,236
<b>2000</b>	0,645	0,761	0,470
<b>2010</b>	0,704	0,854	0,685

Fonte: DATASUS e IBGE.

Segundo o atlas do desenvolvimento humano do Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Paracatu é 0,744, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,854, seguida de Renda, com índice de 0,704, e de Educação, com índice de 0,685.

Tabela 07 - IDHM e seus Componentes

<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTS</b>			
<b>PARACATU – MG</b>			
<b>IDHM e components</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,236	0,470	0,685
% de 18 anos ou mais com fundamental complete	24,17	33,54	55,61
% de 5 a 6 anos na escola	41,28	80,37	93,56
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental Complete	32,48	66,55	90,83
% de 15 a 17 anos com fundamental complete	12,56	50,90	72,41
% de 18 a 20 anos com ensino médio complete	6,81	24,60	47,19
<b>IDHM Longevidade</b>	0,686	0,761	0,854
Esperança de vida ao nascer	66,13	70,66	76,22
<b>IDHM Renda</b>	0,594	0,645	0,704
Renda per capita	321,51	443,35	637,80

Fonte: Atlas Brasil.

**RANKING**

Paracatu ocupa a 667<sup>a</sup> posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

## **CAPÍTULO 2 - APRESENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS BÁSICOS**

### **ÁGUA E ESGOTO**

Atualmente o sistema de abastecimento de água e esgoto é operado pela concessionária COPASA desde 1978 e por consequência da recentemente celebração da assinatura do novo contrato de concessão de serviços para atendimento à sede municipal, estes serviços serão estendidos até o ano de 2035.

### **REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que o fornecimento de energia elétrica está presente em praticamente todos os domicílios urbano e rural.

O município de Paracatu no centro urbano os domicílios com energia elétrica de 99,25 % passaram para 99,77%, e a população rural de 70,25% aumentou para 92,14% relativo aos anos 2000 e 2010.

### **COMUNICAÇÃO**

O desenvolvimento dos meios de comunicação acompanha a marcha do progresso humano é conhecido como mídia, exercendo enorme influência no cotidiano de todas as comunidades, por maior que seja. O município acompanha o progresso da comunicação possuindo todos os meios e serviços de comunicação existentes, que também são uma forma cultural.

No que se refere ao tema das comunicações, cabe mencionar a existência de estações de rádio FM e a distribuidora de sinais de televisão da TV Minas Brasil (antiga TVP). O município, no entanto, conta com a possibilidade de acessar os canais abertos mais comuns, assim como conta com a distribuição de TVs a cabo.

### **SERVIÇO DE INTERNET**

Segundo a Anatel existem ainda 9148 pontos de acesso de banda larga fixa na cidade. O número de pontos de acesso da cidade é o maior da região, porém a velocidade média da internet disponibilizada é a mesma.

A velocidade média da internet disponibilizada no município de Paracatu varia de 512 Kbs a 2Mbps, segundo dados disponibilizados pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

A tabela abaixo apresenta a operadora que fornece o serviço de internet no município na zona rural e seus respectivos endereços onde localiza-se as torres.

Tabela 08 - Serviços de Internet

<b>OPERADORA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>LATITUDE</b>	<b>LONGITUDE</b>
<b>VIVO</b>	Fazenda Santa Maria	Zona Rural	16S470804	46W574090
<b>VIVO</b>	Fazenda Santa Rosa	Zona Rural	17S052771	46W290773
<b>VIVO</b>	Estrada Do Machado	Zona Rural	17S110099	46W525999
<b>VIVO</b>	Rodovia BR 040 Km 35	Zona Rural	17S113746	46W552932
<b>VIVO</b>	Estrada Morro Agudo	Zona Rural	17S300100	46W490320

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

## **MERCADO DE TRABALHO**

Conforme dados do último Censo Demográfico o município em agosto de 2010 possuía 42.376 pessoas economicamente ativas onde 39.130 estavam ocupadas e 3.245 desocupadas. A taxa de participação ficou em 59,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,7%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 48,7% tinha carteira assinada, 21,8% não tinha carteira assinada, 17,9% atuam por conta própria e 2,0% empregadores. Servidores públicos representavam 6,3% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,3% dos ocupados.

### **CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS SOCIAIS**

A gestão da política municipal de assistência social está referenciada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Compete à Secretaria de Assistência Social planejar, coordenar e desenvolver os serviços de assistência social do município. Supervisionar a execução de programas voltados para a juventude, à pessoa idosa e à mulher, nos termos e condições estabelecidas na legislação pertinente, inclusive através de ações descentralizadas e articuladas com outros órgãos públicos e entidades privadas. Promover políticas voltadas para a valorização do idoso, e o acesso rápido e eficiente ao atendimento médico de quem necessita. Oportunizar o acesso ao trabalho, informações sobre a saúde da família bem como as condições para a manutenção de sua integridade física e psíquica.

#### **O CADÚNICO**

Para se inscrever no Cadastro Único, é preciso que uma pessoa da família se responsabilize por prestar as informações de todos os membros da família para o entrevistador. Essa pessoa - chamada de Responsável pela Unidade Familiar (RF) - deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher.

O Responsável Familiar é quem poderá garantir que as informações comunicadas durante a entrevista são verdadeiras, além de se comprometer a atualizar o cadastro sempre que houver mudanças na família. Podem inscrever-se no Cadúunico famílias com o seguinte perfil de renda<sup>1</sup>:

- Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa;
- Famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; ou
- Famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), no Município PARACATU/MG, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015 era de 8.522 dentre as quais:

- 1.028 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 1.941 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;

---

<sup>1</sup> <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/quem-pode-se-cadastrar>

- 3.380 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 2.173 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, existem atualmente 560 famílias cadastradas no Cadúnico residentes na Zona Rural de Paracatu.

A proteção social básica o SUAS (Sistema Único da Assistência Social) descreve o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ou seja, são serviços prestados preferencialmente aqueles indivíduos que ainda possuem vínculo familiar, devendo ser executado no espaço de caráter público nomeado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Município de Paracatu possui três CRAS: Novo Horizonte, Bela Vista e Paracatuzinho e um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

A unidade CRAS presta assistência a pessoas que vivem em vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e ausência de renda, acesso precário ou nulo dos serviços públicos com vínculos familiares comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero, ou por deficiências, e principalmente as famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) e famílias beneficiárias do BPC (Benefício da Prestação Continuada).

O órgão CRAS é a porta de entrada unificada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica é referência para encaminhamentos das demais políticas públicas, oferece serviços de acolhida, acompanhamento familiar, visitas domiciliares, encaminhamento e articulação intersetorial, busca proativa, atendimento psicossocial, palestras socioeducativas, oficinas de geração de trabalho e renda, grupos de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, famílias, gestantes, crianças e adolescentes.

Na proteção social especial, de média e alta complexidade, conforme as demandas dos indivíduos que necessitarem dos serviços, a lei estabelece serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa dos direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, e, a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos dos indivíduos destituídos de vínculo familiar no município é

composto pelo órgão CREAS. De modo mais detalhado, a NOBH/SUAS orienta que os serviços da média complexidade ofereçam atendimentos às famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, mas que ainda permanecem os vínculos familiares e comunitários. Nesse nível de proteção, os serviços são: serviço de orientação e apoio sócio familiar.

O CREAS que tem por objetivo ofertar serviços a indivíduos e famílias que tiveram direitos violados e vínculos rompidos, além do acompanhamento de adolescentes infratores em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Sobre as dificuldades apresentadas no âmbito da Proteção Social Básica, pontua-se que algumas delas também são enfrentadas pela Proteção Social Especial de Paracatu-MG.

Segundo informações da Secretaria de Assistência Social, não há serviços ou programas executados exclusivamente na zona rural, mas, os usuários deslocam de suas regiões e os acessam normalmente aqui na zona urbana através da porta de entrada que é o CRAS de sua abrangência ou no CREAS.



## CAPÍTULO 4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ZONA RURAL

Os recursos do orçamento municipal são aplicados em sua grande maioria nas Associações Rurais instaladas no Município.

### LISTA DE ASSOCIAÇÕES RURAIS

No passo seguinte, veremos a lista de associações rurais do município com seus respectivos responsáveis e contatos.

Tabela 09 - Associações Rurais

<b>LISTA DE ASSOCIAÇÕES RURAIS E SEUS RESPONSÁVEIS</b>			
<b>MUNICÍPIO DE PARACATU</b>			
<b>ASSOCIAÇÕES</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CONTATO</b>
Asa- Associação Sustentabilidade e Ação	Região da Aldeia de Baixo	Mozart da Silva Couto	(38) 9979-1655/ 38 99978-8935
Associação de Desenvolvimento dos Moradores e Produtores Rurais da Região do Capão Grande	Sentido Guarda-Mor, após a ponte do Rio Escuro entrada esquerda onde há uma parada de ônibus com cobertura de cimento.	Lindomar Almeida Ribeiro	(38)9 9818-4612
Associação Comunitária da Região do Ligeiro	Aldeia de Cima	Liberino Xavier da Rosa	(38)9.9895-5596
Associação Comunitária da Região do Silva	Após a ponte do Rio Escuro sentido Jambeiro, a primeira entrada à direita, passando pela ponte molhada no Rio da Prata.	Jonas Pires de Oliveira	Élcio 9.9940-3001/ (38)9834-9653

Associação Comunitária do Estiva	Passando a ponte da Contagem, segunda entrada à direita seguindo pela estrada de chão.	Ananias Dias	(38) 9.9963-7920/ 9.9936-9059
Associação Comunitária do Sobrado	Morro Agudo, passando próximo da Finom, sentido comunidade Landim até a Santa Izabel.	Andrea Caldas Pereira Camargo	(38) 9.9984-2501/ 9.9984-2674
Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Região do Impã	Passando a ponte da contagem primeira à direita antes da ponte do Rio Escuro, virando à esquerda.	Hugo Gonçalves de Carvalho	(38) 9.9988-0142
Associação Comunitária Para o Desenvolvimento do Arraial do São Domingos	São Domingos	Irene dos Reis de Oliveira	(38) 8405-8216
Associação Comunitária Rural do Vale do Soterro	Após o Pedágio, passando pela fazenda de Lucas Foto entrada à direita.	Humberto do Carmo Silva	(38) 9951-3890 Antônio (38) 9.9812-1785
Associação da Aldeia de Cima	Aldeia de Cima	Valdivino de Arede Vasconcelos	(38) 9.9984-4053/ (38) 9.9979-5053
Associação de Desenvolvimento Rural Povoado do São Sebastião	São Sebastião	Antônio José Ribeiro	(38) 3679 2084/ 9.9962-2884/ 3679-2065
Associação de Desenvolvimento da Comunidade Soares	Antes da Ponte do Sanpreta Izabel; Entrada da Fazenda Coqueiros e	Denis Dantas Neto Rodrigues	(38) 9-9978-7226

	próximo do Córrego do Paiol.		
Associação de Desenvolvimento do Vale do São Pedro	Descida da Serra da Cowã, próximo ao Pau D'Oleo.	João Lourenço de Oliveira	(38) 9.9810-8762
Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Engenho do Padre	Após PRF Estadual	Benedito Pereira da Silva	(38) 9.9815-6754
Associação do Assentamento Herbert de Souza	PA Hérbert de Souza (Região do Barreirinho)	Marta Rodolfo de Queiroz	(38) 9.9736-4136
Morro Agudo	Morro Agudo	Saulo Quirino da Costa	(38) 9.9962-1016
Associação do Projeto de Assentamento XV de Novembro	PA XV de Novembro	José Humberto Ferreira	(38) 9.9941-6799
Associação do Projeto de Assentamento Belo Vale	PA Belo Vale (Região do Barreirinho)	Avilmar	(38) 9.9952-1466
Associação do Projeto de Assentamento Jambeiro	PA Jambeiro	Wantuir Alves Ferreira	(38) 9. 9972-3231
Associação do Santa Barbara	Região da Santa Bárbara	Presidio Fernandes de Oliveira	(38) 9.9730-4965/ 3671-5206
Associação dos Agricultores Familiares e dos Pescadores do Vale do Rio Paracatu	Próximo ao Chapéu Velho divisa com Santa Rosa	André Antônio Pereira de Oliveira	(38)9. 9963-0506
Associação dos Assentados Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Esperança	PA Esperança	Reni Eustáquio Soares Silva	(38) 9.9926-4451

Associação dos Assentados e Agricultores Familiares de Projeto de Assentamento Batalha	PA Batalha	Maria de Fatima	(38) 9.9974-6729/ 3672-1793 (Fatima)
Associação dos Moradores da Região Santa Rita	Lagoa de Santa Rita	Luciene Rodrigues de Souza Silva	(38) 9.9872-7574
Associação dos Pequenos Produtores do PA Aracaju	PA Aracajú (Anexo à PA Nova Lagoa Rica)	Antônio Nunes Alves	(38) 9.9903-9500
Associação dos Pequenos Produtores do Santa Rita	Santa Rita (Produtores de ovos)	Vera Lucia da Silva Correa	-
Associação dos Produtores Rurais Agricultores FAM da Região do Novo Barreiro	Entrada após a PRE	Rogério Aparecido Mendes dos Santos	(38) 9.9821-6732/ Jose Pinto (38) 9.9906-3187
Associação dos Produtores e Agricultores Familiares da Bacia do Espalha	Próximo à Chácara do Posto Cruzeiro	Miguel Ângelo Almeida Marques	(38) 9.9949-1245
Associação dos Produtores Rurais da Batalha	Região da Batalha	João Manoel	(34) 9130-0707
Associação dos Produtores Rurais da Chapada	Após o Pedágio (sentido Cristalina) região da Chapada.	Rosangela Oliveira Braga	(38) 9.9920-7900/ 9.9885-2353
Associação dos Produtores Rurais do Barreiro		Elton Lima Siqueira	(38) 9.9925-1793/ 9.9910-8835
Associação dos Produtores Rurais do Palmital	Entrada antes do Posto Fiscal (BR 040) Sentido	Marinice Benicio da Silva Mascarenhas	(38) 9.9955-3982/ (38) 9.9944-4990

	Pau D'óleo e Córrego do Cachorro		
Associação dos Remanescentes de Escravos e de Quilombolas de São Domingos Paracatu	São Domingos	Romilda de Fatima	(38) 8405-8216 -Irene
Associação Quilombola Porto Pontal	Pontal (Próximo ao Rio Paracatu)	Elton	(38) 9.9848-7654/ 9.9935-3405
Associação Rural do Povoado do Cunha	Povoado do Cunha	Aécio	(38) 9.9138-4550/ 9.9806-8800
Centro Comunitário Rural do Povoado da Lagoa de Santo Antônio	Lagoa de Santo Antônio	Amilton Gonçalves da Silva	(38) 9.9995-1857
Associação Comunitária Rural do João Gomes e Cantinho	Região da Barra da Égua	Laércio da Silva Basílio	(38)9.9804-0076/ 9.9946-8876
Conselho de Desenvolvimento Social Santa Maria	Região do Nolasco	José Aparecido Lopes de Moraes	(38) 9.9991-9242 Edvar (38) 9.9925-4827
Conselho de Desenvolvimento Rural do Cercado	Faz. Tuyama, Vereda do Galo, Porto Buriti	Waldir Cardoso da Mota	(38) 3671-6229
Projeto de Assentamento Jose Maria Antônio de Oliveira	PA José Maria Antonio de Oliveira	José Joaquim de Oliveira	(38) 9.9832-6325
Projeto de Assentamento Santa Rosa	PA Santa Rosa	Vicente de Paula Santos	(38) 9.9890-3231
Projeto de Assentamento Tiro e Queda	PA Tiro e Queda	Eliseu Dias de Souza	(38) 9.9863-7535/ 9833-

			9884 Eliana/Eliseu 9741-0815
Associação dos Produtores Rurais da Ponte Queimada	Rodovia Entre Ribeiros (Somente no asfalto)	Leonardo Arreda Vasconcelos	(38) 9.9851-4649
Associação Comunitária da Região da Onça	Próx aos Traíras, Bar do Grilo, entrada à direita	Eugivan Alves Almeida	(38) 9.9972-1452
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Entorno da BR 040	Após PRF entrada à direita	Eugenio Soares Mascarenhas	(38) 9.9837-3274 Gildázio (38) 9950-0388
Associação Comunitária Rural da Região da Contagem	Região da Contagem	Marcele Santos Maciel	(38) 9.9968-3686
Associação Machadinho	Região do Machadinho	Marcos Tadeu da Silva Gama	(38) 9.9192-9365/ 3671-6395
Associação Comunitária Rural Santo Aleixo	Região do Brocotó, próximo ao antigo Posto da Sombra	Valeria Pimentel Barbosa Lucas	(38) 9.9974-4574/ 3671-1454
Associação Regional Porto Buriti	Região do Porto Buriti	Benedito Francisco Pires	(38) 9.9968-9727
Associação dos Produtores Rurais do Buriti	PA Porto Buriti	Roberto Rabelo de Souza	(38) 3671-1247/ 3672-6831
Associação dos Agricultores Familiares Posseiros da Fazenda São Pedro	PA Santa Clara	Nilton Alves de Souza	(38) 9.9958-3998
Associação Quilombola do Cercado		Maria Lucia Cardoso da Moto	(38) 9.9849-9602

PA São Cristóvão	PA São Cristóvão	Carlos	(38) 9.9936-1480
PA Buriti da Conquista	PA Buriti da Conquista	Jose Rezende	(38) 9.9961-7795

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu

Na lista seguinte, estão demonstrados os valores repassados anualmente pelo município em 2019 a associações rurais.

Tabela 10 - Valores Repassados às Associações Rurais

<b>DEMONSTRATIVO DE VALORES REPASSADOS À ASSOCIAÇÕES RURAIS MUNICÍPIO DE PARACATU</b>	
Associações	Valores Repassados
Associação Comunitária da Região do Ligeiro	20.000,00
Associação Comunitária do Sobrado	15.000,00
Associação comunitária Pequenos Produtores Rurais do Entorno da BR-040	25.000,00
Associação Comunitária da Região da Contagem	7.000,00
Associação de Des.Com. Rural do Pov. De São Sebastião	15.000,00
Associação de Desenvolvimento da Comunidade Soares	30.000,00
Associação de Desenvolvimento Social do Morro Agudo	30.000,00
Associação do Projeto de Assentamento XV de Novembro	30.000,00
Associação do Projeto de Assentamento Belo Vale	20.000,00
Associação do Projeto de Assentamento Herbert de Souza	50.000,00
Associação do Projeto de Assentamento Jambeiro	50.000,00
Associação do Projeto de Assentamento Tiro e Queda	40.000,00
Associação dos Agricultores Familiares Posseiros da Fazenda São Pedro	40.000,00
Associação dos Assentados Agric.FAM.do Proj. De Assent .Esperança	25.000,00
Associação dos Assentados e Agric. FAM. De Proj. De Assent. Batalha	35.000,00
Associação dos Moradores da Região do Santa Rita	30.000,00
Associação dos Produtores Rurais do Chapada	20.000,00
Associação dos Produtores Rurais do Barreiro	40.000,00
Associação P. A. Buriti da Vitoria da Conquista	25.000,00

Associação. Produtores da Aldeia de Cima	25.000,00
Associação Produtores Rurais da Santa Barbara	40.000,00
Associação de Pequenos Produtores do PA de Assentamento Nova Lagoa Rica	70.000,00
Associação Comunitária da Região do Silva	20.000,00
Associação Comunitária Santo Aleixo	15.000,00
Associação de Sustentabilidade e Ação	10.000,00
Associação do Projeto de Assentamento São Cristóvão	20.000,00
Conselho Comunitário do João Gomes	20.000,00
Conselho de Desenvolvimento Social Santa Maria Nolasco	70.000,00
Projeto de Assentamento Santa Rosa	35.000,00

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

## MAPEAMENTO DE POLITICAS PÚBLICA PARA ZONA RURAL

Tabela 11 - Mapeamento das Políticas Públicas na Zona Rural de Paracatu

Setor	Nome do Projeto, programa ou serviço	Local da execução	Responsável e contato
<b>Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa Destaque Jovem Rural;</li> <li>✓ Programa de Preparo de Solo;</li> <li>✓ Programa de Silagem;</li> <li>✓ Programa Paracatu Planta Bem;</li> <li>✓ Programa Paracatu Cria Bem;</li> <li>✓ Programa de Conservação de Solo;</li> <li>✓ Programa de Revitalização da Feira Livre do Município;</li> </ul>	Na zona rural do município	<p>Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p> <p>Telefone: (38) 3672-2340 - (38) 3672-2855</p>



<b>Secretaria de Esporte e Lazer</b>	Campeonato Rural Municipal	Lagoa Santo Antônio	Liga Paracatuense de Esportes (38) 9.9952-8997 e Sec. De Esporte e Lazer - (38) 3671-8636
<b>Secretaria de Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 03 (Três) Postos de Saúde da Zona Rural;</li> <li>✓ Serviço Itinerante Zona Rural;</li> </ul>	Na zona rural do município	Secretária Municipal de Saúde Telefone: (38) 3671-3555
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Clínica de Atenção à Saúde Rural;</li> <li>✓ Centro de Saúde Paulo Loureiro;</li> </ul>	Na zona rural e urbana do município	
<b>Secretaria de Educação</b>	11 escolas municipais e 01 estadual	Na zona rural do município	Secretaria Municipal de Educação – (38) 3671-4455
<b>Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social</b>	CadÚnico – Cadastro Único	Usuários da zona rural buscam os serviços ofertados pela Assistência Social na zona urbana	Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social (38) 3672-3906
<b>Secretaria de Transporte</b>	Não possui nenhum projeto voltado para Políticas Públicas Destinadas a Zona Rural, conforme informações da própria secretaria.		
<b>Secretaria de Meio ambiente</b>	Não possui nenhum projeto voltado para Políticas Públicas Destinadas a Zona Rural, conforme informações da própria secretaria.		
<b>Secretaria Segurança Pública</b>	Nesta Secretária não há Projetos na Área de Segurança Pública, referente ao combate ao trabalho infantil na Zona Rural. Informa que a Polícia Militar realiza um trabalho preventivo através da Patrulha Rural, dentro de suas possibilidades.		

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

## MAPEAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DE PARACATU

Tabela 12 - Transporte Escolar na Zona Rural do Município de Paracatu

Nome da Região/Escola	Abrangência	Horário inicial	Horário final	Quantidade de veículos
Porto Buriti / Escola M. Afonso Novais Pinto	Comunidades vizinhas	7:20	11:20	9 veículos
Lagoa de Santo Antônio/ Escola M. Maria Trindade	Comunidades vizinhas	7:00	11:20	10 veículos
Barra da Égua / Escola M. Raimundo José Santana	Comunidades vizinhas	7:00	11:00	4 veículos
Entre Ribeiro / Escola M. Altina de Paula Guimarães Souza	Comunidades vizinhas	7:30	11:30	8 veículos
Lagoa Rica / Escola M. José Simões Cunha	Comunidades vizinhas	7:40	11:40	6 veículos
Mundo Novo / Escola M. Bernardinho de Faria	Comunidades vizinhas	7:50	11:50	11 veículos
Contagem / Escola M. Frei Brocardo Stocoff	Comunidades vizinhas	7:30	11:30	6 veículos
beiro / Escola M. Pedro Silva Neiva	Comunidades vizinhas	7:50	11:50	8 veículos
Santa Barbara / Escola M. José Palma	Comunidades vizinhas	8:00	12:00	14 veículos
Morro Agudo / Escola M. Arquimedes Candido Meireles	Comunidades vizinhas	7:00	11:30	6 veículos
Lafersa / Escola Estadual Fazenda Lafersa	Comunidades vizinhas	8:00	12:00	6 veículos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

## CAPÍTULO 5 - CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

O termo “trabalho infantil” refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Destaca-se que toda atividade realizada por adolescente trabalhador que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é executada, possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico, social e moral, se enquadra na definição de trabalho infantil<sup>3</sup> e é proibida para pessoas com idade abaixo de 18 (dezoito) anos.

### MARCO LEGAL

A legislação brasileira, a respeito do trabalho infantil, orienta-se pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que estão harmonizados com as disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU) e das Convenções nº138 e 182 da OIT. Na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989, da ONU, ficou estabelecida a proibição de qualquer tipo de exploração econômica de crianças, considerando como exploração qualquer espécie de trabalho que prejudique a escolaridade básica. A Convenção nº138, de 1973, ratificada pelo Brasil em 28 de junho de 2001, estabelece que todo país que for signatário dos termos ali estabelecidos deve especificar, em declaração, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho em qualquer ocupação, ao não admitir nenhuma pessoa com idade inferior à definida em qualquer espécie de trabalho. Em 1999, a OIT aprovou a Convenção nº182 sobre as piores formas de trabalho infantil que, assim como a Convenção nº138, faz parte da lista de oito Convenções Fundamentais que integram a Declaração de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT (1998) com o propósito de suplementar e priorizar os esforços de erradicação e prevenção do trabalho infantil. A Convenção nº182, ratificada pelo Brasil em 2 de fevereiro de 2000, nasceu da consciência de que, embora todas as formas de trabalho infantil sejam indesejáveis, algumas são hoje absolutamente intoleráveis. Elas demandam ações imediatas por parte dos países-membros.

Por sua vez, o art.227 determina que é dever da família, da sociedade e do Estado “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal, 1988).

Havia, praticamente, um consenso na sociedade brasileira em torno do entendimento do trabalho como um fator positivo para crianças e adolescentes. É sabido que essa concepção ainda persiste em muitos setores da sociedade. O próprio Estado brasileiro constituiu um conjunto de políticas de caráter moralizador que dignificava o trabalho acima de tudo. O Código de Menores, que vigorou até ser revogado pelo ECA, em 1990, entendia o “menor” que não estudava ou trabalhava como um potencial “delinquente”, a ser controlado e reprimido pelas estruturas punitivas do poder público.

### **MARCO SIMBÓLICO-CULTURAL**

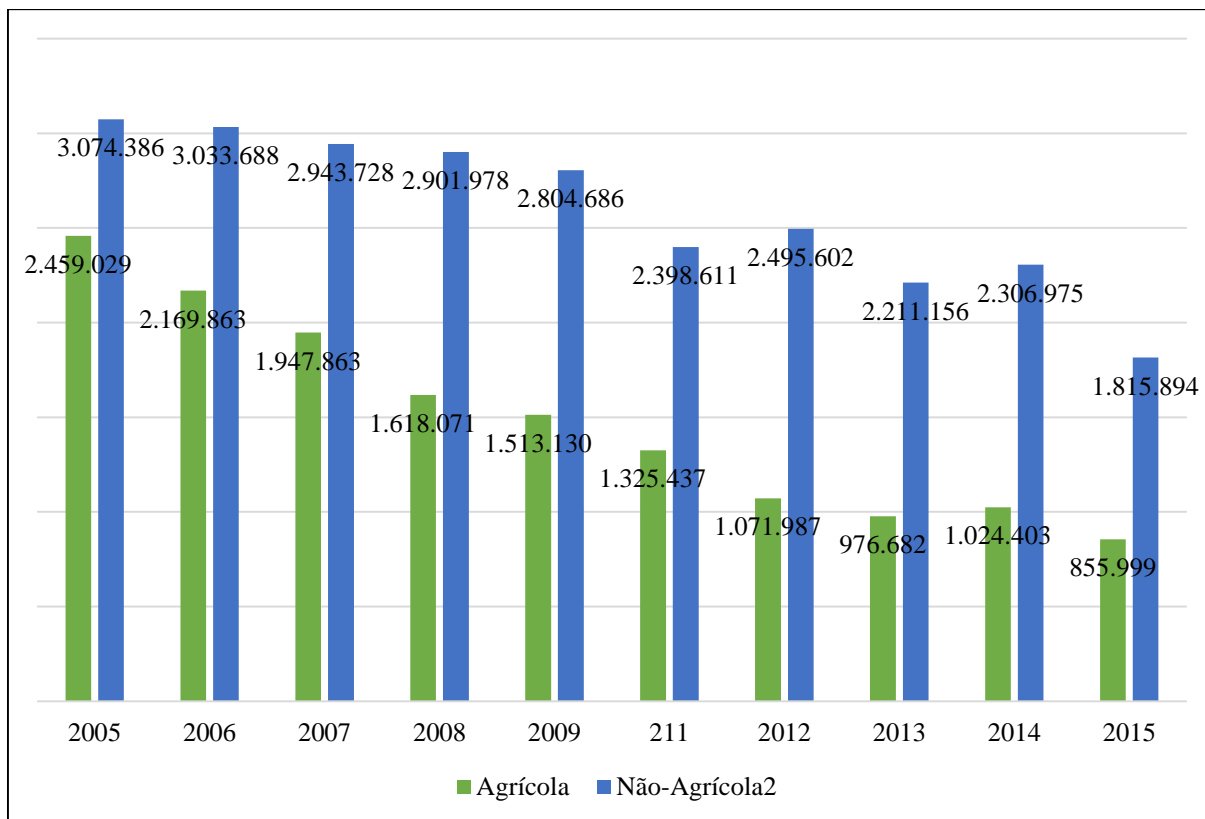
Promulgada a nova Constituição Federal, em 1988, iniciou-se a elaboração do ECA, aprovado dois anos depois. Estavam dadas as condições sociais e legais mínimas para a introdução de um novo paradigma de abordagem do trabalho infantil no país. A partir da década de 1990, o tema do trabalho infantil passou a ocupar lugar de destaque na agenda nacional. A mídia passou a tratá-lo de maneira mais crítica. Pesquisadores se dedicaram a estudá-lo, o que gerou uma reflexão teórica e histórica. O fenômeno também passou a ser pauta de diversas políticas públicas. Contudo, a observação do nosso entorno reflete a forte existência de elementos do velho paradigma. Mesmo depois de muitos anos de luta contra o trabalho infantil, a mentalidade que, durante séculos, levou crianças ao trabalho precoce ainda está presente em muitos setores da sociedade brasileira. Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e a condições análogas à escravidão, dentre outras atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil, revelam a persistência de uma mentalidade perversa no país, capaz de negar a condição de ser humano às novas gerações de cidadãos e cidadãs.

### **MARCO ESTATÍSTICO**

A temática trabalho infantil é um desafio para as políticas públicas no Brasil. O compromisso internacionalmente assumido na Agenda 2030 exige esforços e ações redobradas para eliminar todas as formas de trabalho infantil no país. Apesar de uma redução relevante no índice de crianças e adolescentes trabalhando no país, a situação permanece crítica. Observando-se os dados recentes da Pesquisa Nacional de Amostra de

Domicílios (PNAD), elaborada pelo IBGE, o quantitativo de crianças e adolescentes identificados como ocupados reduziu nos últimos 23 anos. É o que demonstra a série histórica da PNAD a partir de 1992, registrada no gráfico 1:

Gráfico 03 - Número de crianças e adolescentes ocupados, de 05 (cinco) a 17 (dezessete) anos de idade, no Brasil no período de 1992 a 2015

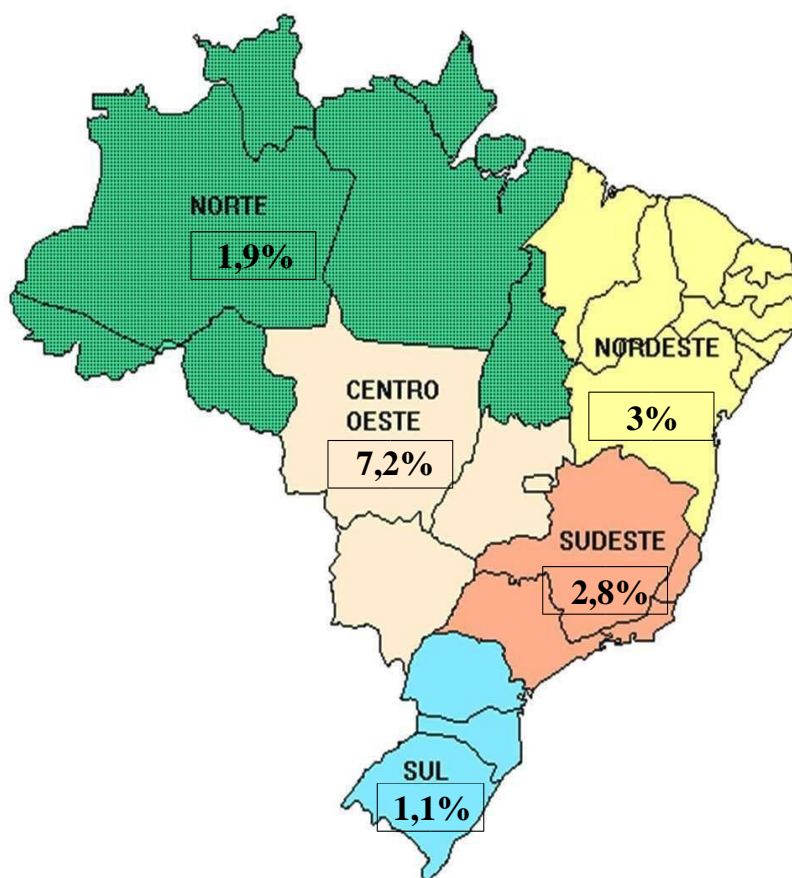


Fonte: IBGE - Série Histórica Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 1992-2015).

De 1992 a 2015, houve uma redução de 65,62% no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Em números absolutos, isso equivale a uma redução de 5.101 milhões de casos (de 7,8 milhões, em 1992, para 2,7 milhões, em 2015). Entretanto, ainda há um número elevado de crianças e adolescentes nessa situação no país.

A seguir ressalta-se ainda que, em uma análise das regiões do Brasil, verifica-se que o Nordeste tem a maior proporção de trabalho infantil: 33% das crianças e adolescentes que trabalhavam em 2016 (aproximadamente, 356 mil). Logo em seguida, destaca-se a região Sudeste com 28,8% (aproximadamente 689 mil). Segue o mapa com as demais informações:

Mapa 04 - Panorama Brasil Trabalho Infantil – Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos por região



Fonte: IBGE – PNAD Contínua 2016

## **CAPÍTULO 6 - IDENTIFICAÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIOTERRITORIAIS**

O que veremos a seguir mostram os resultados dos questionários aplicados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (zona rural), nas Escolas Estaduais e Municipais (zona rural), no CREAS, CRAS's e no Conselho Tutelar. Nenhuma das respostas houve alteração. Em todos os questionários foram registrados fielmente o que os entrevistados responderam, sem interferência do entrevistador.

### **EDUCAÇÃO**

#### **PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NAS ESCOLAS**

Esta pesquisa foi realizada em escolas da zona rural do município de Paracatu - MG diretamente com os gestores das escolas (diretores, inspetores, professores) no período compreendido entre 18/06/2019 a 18/07/2019. Concomitantemente, foi aplicado questionário (pesquisa) para os alunos no período entre 16/07/2019 a 14/08/2019. O total de escolas participantes foram 11 da rede municipal e 01 da rede estadual (todas na zona rural) sendo ao todo 12 questionários aplicados em instituições vinculadas a política de educação. Aos alunos foram aplicados por amostragem, sendo um total de 30 (trinta) por escola. Nessa pesquisa procurou-se identificar, na zona rural do município de Paracatu, possíveis violações de direitos identificados e registrados pelas instituições.

Tabela 13 - Vulnerabilidades por escola

ESCOLAS MUNICIPAIS	VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ALUNOS	TRABALHO INFANTIL	FOME	VIOLÊNCIA DOMÉS-TICA	ABUSO SEXUAL	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA OU MORAL	GRAVIDEZ PRECOCE	DROGAS LICITAS	DROGAS ILÍCITAS
Pedro Silva Neiva									
Arquimedes Cândido Mireles					X		X	X	
Maria Trindade Rodrigues	X	X	X	X		X	X	X	X
Altina de Paula Sousa					X		X		X
Afonso Novais Pinto		X	X		X			X	
Jose Palma	X		X			X	X	X	X
Bernardino de Faria Pereira	X	X						X	
José Simões Cunha			X	X					
Frei Brocado									

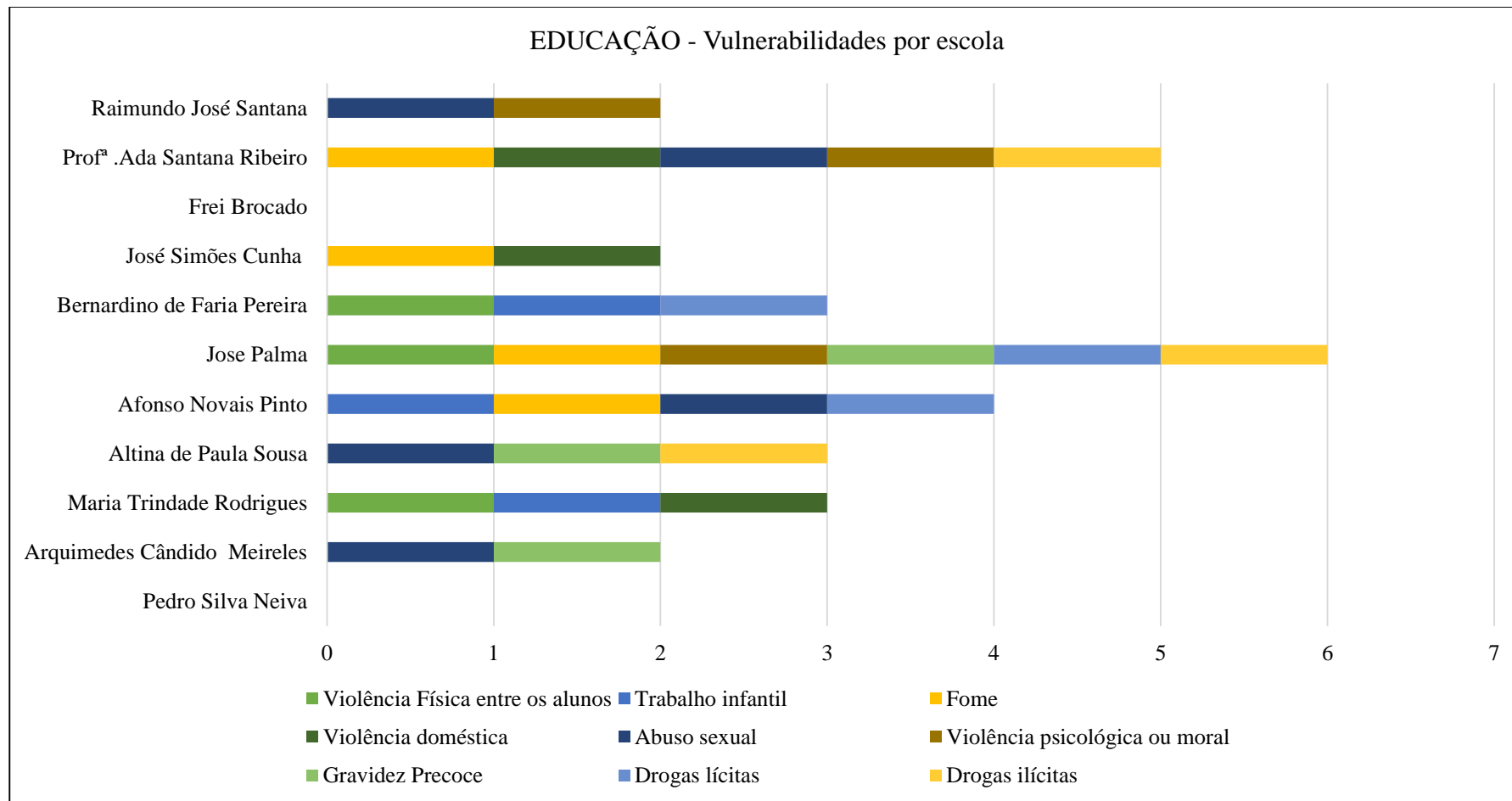


DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO TRABALHO INFANTIL NA ZONA RURAL DE PARACATU

Profª. Ada Santana Ribeiro			X	X	X	X			X
Raimundo José Santana					X	X			

Fonte: Pesquisa de Campo 2019

Gráfico 05 - Vulnerabilidades por escola



Fonte: Pesquisa de Campo 2019

Nesta etapa procurou-se identificar, as vulnerabilidades nas Escolas Municipais (zona rural) no município de Paracatu. Os principais problemas relacionados às escolas são: fome, violência física entre os alunos, trabalho infantil, violência doméstica, abuso sexual, violência psicológica ou moral, gravidez indesejada, uso de drogas lícitas (cigarros e bebidas) e ilícitas (maconha).

### **Questionário Escola Municipal Arquimedes Candido Meireles**

**Resposta: 4.3.** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

( x ) sim ( ) não

Livro de ocorrência

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor e Supervisor

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Junto com a família

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Psicólogo

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim

**Resposta: 5.2.** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Dificuldade de aprendizado

**Resposta: 5.3.** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

Os professores fazem planejamento e palestra com alunos

**Resposta: 7.1** *Quais os anos mais atingidos?*

6° ao 9°

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Que tivesse projetos e ações e uma equipe capacitada para atende a todos na escola pelo menos uma vez por mês.

**Questionário Escola Municipal Altina de Paula Sousa****Resposta: 4.3** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

Caderno de ocorrência

**Resposta: 4.4** *Em caso positivo quantos casos em média/ano ocorrem, nesta unidade, nos anos*

Em 2018 foram 6 casos

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Faz o encaminhamento para o Conselho Tutelar

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Conselho Tutelar

**Resposta: 4.9.** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim

**Resposta: 5.2.** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Dificuldade de aprendizado

**Resposta: 5.3.** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

Plano de intervenção individualizado.

**Resposta: 7.1** *Quais os anos mais atingidos?*

3º ano do ensino médio, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º ensino fundamental

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Uma equipe multifuncional para atender nas escolas.

**Questionário Escola Municipal Jose Palma****Resposta: 4.3** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

Caderno de ocorrência

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Orientação os alunos e procura sempre o diálogo com os mesmos.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Psicólogo

**Resposta: 5.2.** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Não ouve retenção

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Profissionais capacitados e um sistema que possa atende de melhor forma.

**Questionário Escola Municipal Maria Trindade Rodrigues****Resposta: 4.3** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

Caderno de ocorrência e livro de ata

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor, pois, o mesmo já conhecer o aluno.

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

A escola tem um projeto com a polícia militar e sempre procura trabalha junto com a família.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Psicólogo, clinico geral e Conselho Tutelar

**Resposta: 4.9.** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim as vezes demora um pouco mais e resolvido de forma adequada

**Resposta: 5.2** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Dificuldade de aprendizagem

**Resposta: 5.3** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

A escola trabalha com a recuperação diária, chama a família para orientar sobre as dificuldades que os alunos têm e trabalham com os mesmos em tempo integral duas vezes por semana.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes?*

Contrata profissionais adequados para atender nas escolas

### **Questionário Escola Municipal Prof. Ada Santana**

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor.

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Relata para a direção e começa a observar e chama os familiares e caso sem sucesso, chama órgãos competentes.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Psicólogos, médico para tratamento de algum déficit.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Nem sempre. Muitos das vezes é até mesmo por falta de aceitação da família.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes?*

Deveria ter incentivos maior em atividades como esportes, informática, cursos, atividades culturais para a comunidade.

### **Questionário Escola Municipal Frei Brocado**

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Superior.

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Relata, chama os pais para uma conversa, possui apoio da patrulha escolar.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Atendimento médico, psicológico, para família.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Apoio psicológico, neurologista, mais consultas médicas e uma equipe disciplinar.

### **Questionário Escola Municipal José Simões Cunha**

**Resposta: 4.3** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor, especialista e diretor.

**Resposta: 4.7** **Como** *esta unidade administra estes problemas?*

Através de conversas, projetos entre outras ações.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Intervenção ao combate do trabalho infantil, buscando ações, buscando apoio de setores para erradicação do trabalho. Entretanto, o principal caminho para se chegar a esse resultado é o fortalecimento das políticas de desigualdade social, que costuma levar as crianças ao mercado de trabalho.

### **Questionário Escola Municipal Pedro Silva Neiva**

**Resposta: 4.3.** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Conversa com os alunos

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Assistência à saúde e para o Conselho Tutelar

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Sim

**Resposta: 5.2** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Dificuldade de aprendizado

**Resposta: 5.3** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

O especialista trabalha com eles alunos.

**Resposta: 8.** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Mas assistência individualizada.

### **Questionário Escola Municipal Afonso Novais Pinto**

**Resposta: 4.3.** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

Livro de ocorrência

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Chama os pais para conversar quando não resolve o problema encaminhar para o Conselho Tutelar

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Psicólogo e Conselho tutelar

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*



A maioria sim, muito não tem resposta

**Resposta: 5.2** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Dificuldade de aprendizado e a pedido dos pais

**Resposta: 5.3** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

Projetos diferenciados e aulas de leitura

**Resposta: 7.1** *Quais os anos mais atingidos?*

6° ao 9° ano

**Resposta: 7.2** *Quais as iniciativas que esta unidade escolar adota para corrigir este problema?*

Com aulas de reforço

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Cria projetos dentro da comunidade para crianças e adolescentes e cursos para a família principalmente para as mães.

### **Questionário Escola Municipal Bernardino de Faria Pereira**

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor que fica mais em sala de aula, como a de português.

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Passa para a supervisora, faz observação, chama o aluno e busca a família para conversa.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Encaminha aluno com problema de comportamento, chama o pai/mãe e faz uma conversa para resolver o que acontece com ele.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

As vezes tenta resolver, mas não tem sequência, pois não tem condições financeiras com a viagem.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Deveria ter um órgão para dar mais assistência ao aluno, como psicólogo, orientações aos pais, atendimento de fonoaudiólogo.

#### **Questionário Escola Municipal Raimundo José de Santana**

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor/diretor.

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Encaminha para a secretaria, psicólogo.

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Encaminhamentos para psicólogos.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Não, por motivos de transporte.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Equipe mais presente para detecção de problemas que a família fica receosa de denunciar.

#### **Questionário Escola Estadual Riacho da Lafersa**

**Resposta: 4.3.** *Existe alguma forma (sistema) de registros e anotações das ocorrências?*

(x) sim ( ) não

Livro de ocorrência, quando ocorre os casos.

**Resposta: 4.6** *Qual é o profissional que com maior frequência identifica o problema/situação?*

Professor e a Supervisora

**Resposta: 4.7** *Como esta unidade administra estes problemas?*

Diálogo, buscando a família

**Resposta: 4.8** *Quais os encaminhamentos realizados com maior frequência?*

Nos últimos três anos foi encaminhado apenas um caso ao Conselho Tutelar.

**Resposta: 4.9** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Não por não haver retorno dos órgãos competentes e nem visitas a instituição para saber acerca do ocorrido.

**Resposta: 5.2.** *Quais os principais motivos para a ocorrência da retenção?*

Falta de Interesse, falta de responsabilidade do aluno e da família.

**Resposta: 5.3.** *Quais as principais ações que a unidade adota para evitar e diminuir a retenção?*

Programa de Progressão parcial, intervenção paralela.

A legislação prevê que escola de todas as chances e oportunidades de recuperação e conseqüentemente os alunos passam sem conhecimento,

**Resposta: 7.1** *Quais os anos mais atingidos?*

Fundamental e Médio

**Resposta: 7.2** *Quais as iniciativas que esta unidade escolar adota para corrigir este problema?*

Incentiva o aluno a fazer o **ENCEJA** quando se tratar de alunos maiores e quando a legislação permite faz-se a aceleração, onde é aplicado uma prova, para o aluno que esteja a mais de dois anos na mesma série.

**Resposta: 8** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

- Criação de Políticas Públicas para atender a escola de acordo com a necessidade do aluno e dos profissionais;
- Necessidade de um atendimento Especializado;
- Deveria criar uma campanha de deveres da criança e do adolescente.

## QUANTIDADE DE CASOS IDENTIFICADOS

Na tabela que segue é possível visualizar o quantitativo de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos que realizam atividades laborais que foram identificadas por meio de roda de conversa e questionários aplicados em escolas da Zona Rural de Paracatu Minas Gerais, utilizando o método de amostragem de 30 (trinta) alunos por escola.

Tabela 14 - Trabalho Infantil por escola

<b>RELAÇÃO DE CASOS DE TRABALHO INFANTIL</b> <b>ZONA RURAL – PARACATU/MG</b> <b>Pesquisa por amostragem: 30 alunos</b> <b>FAIXA ETÁRIA: 05 a 17 anos</b>													
ESCOLA/REGIÃO	QTD	GNRO		ATIVIDADE LABORAL						LOCAL DA ATIVIDADE			
		M	F	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Domésticas e rurais	Doméstica	Não Especificadas	Âmbito Familiar	Terceiros	Familiar e Terceiro	Não Especificada
Bernardino Faria\ Antônio Carlos Mundo Novo	6	6	-	3	1	1		-	1	2	-	3	1
José Simões	5	4	1	4	1	-		-	-	3	-	2	-
E.M Arquimedes Cândido Meireles/ Morro Agudo	5	5	-	3	1	1		-	-	3	2	-	-
E.M Ada Santana/ São Sebastião.	8	2	6	1	-	-		7	-	7		1	-

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO TRABALHO INFANTIL NA ZONA RURAL DE PARACATU

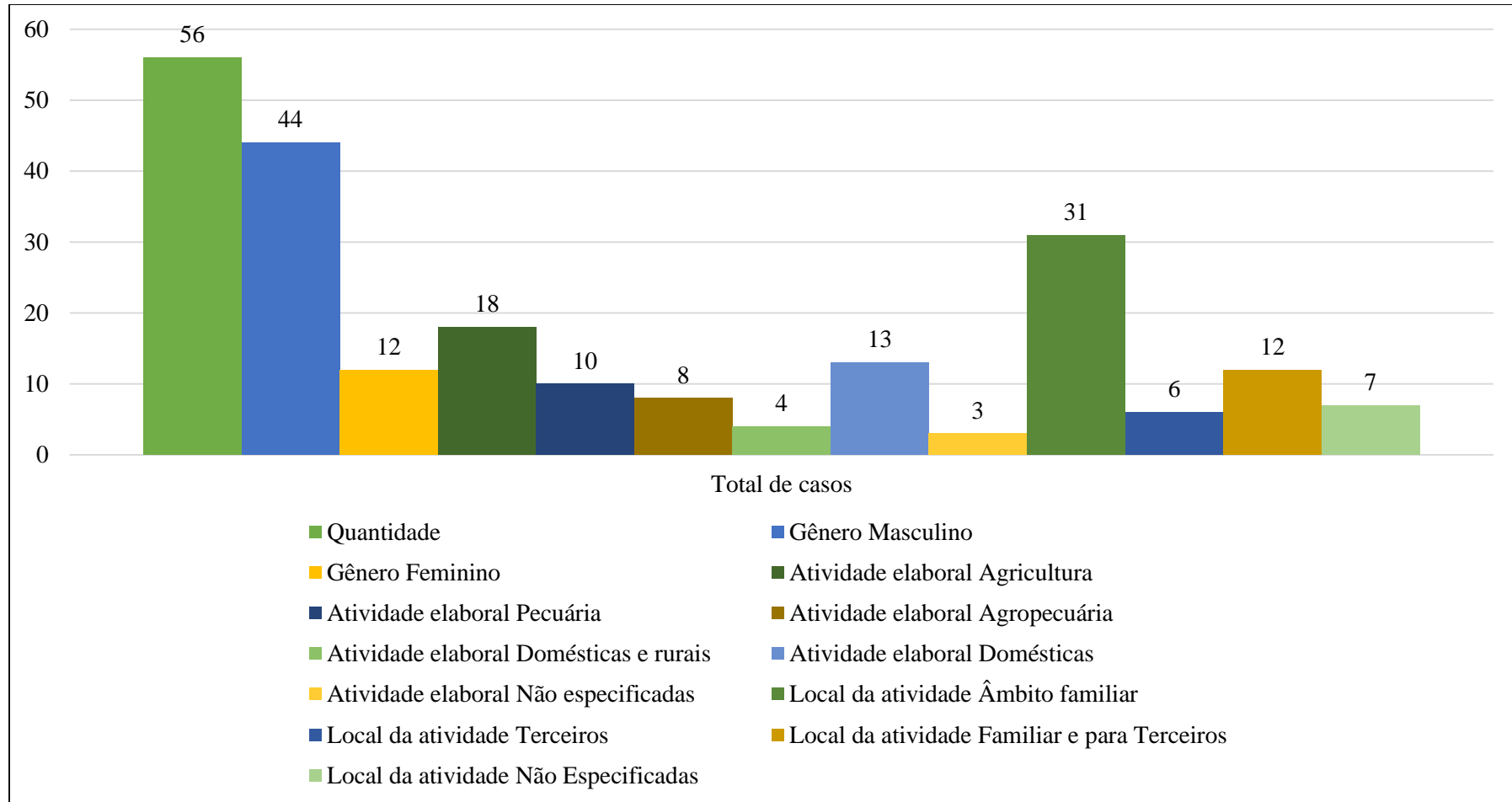
E. Municipal José Palma	8	8	-	2	2	3	1	-	-	5	1	1	1
Escola Municipal Afonso Novais/ Altina de Paula/ Bernardino	12	11	1	5	1	2	2	1	1	7	2	1	2
Estadual Fazenda Riacho Laferza	5	3	2	-	2	-	1	2	-	1	1	2	1
Escola Municipal Altina de Paula Souza/ Entre Ribeiros	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
E. M Maria Trindade/ Lagoa de Sto Antônio	6	4	2		2	1		2	1	2	-	2	2
Total de Casos	56	44	12	18	10	8	4	13	3	31	6	12	7

Fonte: Pesquisa de Campo 2019

**Observação:**

Nas escolas municipais: Pedro Silva Neiva, localizada na região do Jambeiro; Raimundo José Santana, situada na região da Fazenda João Gomes e Frei Brocardo, na região da Contagem não foram identificados nenhum caso suspeito de Trabalho Infantil.

Gráfico 04 - Total de casos de trabalho infantil zona rural – Paracatu - MG



Fonte: Pesquisa de Campo 2019

## **SAÚDE**

### **PESQUISA DE CAMPO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO**

São três Unidades Básicas de Saúde – UBS que fazem atendimentos aos usuários da zona rural de Paracatu: UBS São Sebastião, UBS Morro Agudo e UBS Lagoa de Santo Antônio. Foi aplicado um questionário para cada unidade com objetivo de obter dados para subsidiar a elaboração do Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil na zona rural do município de Paracatu. Os questionários foram aplicados pela equipe de pesquisadores do PETI, sendo os mesmos respondidos pelo responsável de cada da Unidade.

#### **UBS LAGOA DE SANTO ANTÔNIO**

A unidade da Lagoa de Santo Antônio, está em funcionamento há mais de 13 anos atendendo as comunidades Lagoa de Santo Antônio, Lagoa de Santa Rita e Cunha. Possui cerca de 670 inscritos no sistema, sendo realizado 345 atendimentos por mês. Os problemas mais frequentes em relação à criança e ao adolescente na unidade são uso de drogas lícitas e ilícitas e trabalho infantil. Tais informações foram cedidas pela UBS de acordo com observação e percepção do órgão, visto que quando os pais das crianças ou dos adolescentes não procuram ajuda na unidade os casos não podem ser registrados e posteriormente solucionados. Obtivemos ainda a informação de que há vacinação nesta unidade apenas de campanhas por não ter local adequado/próprio para armazenamento das vacinas.

#### **UBS SÃO SEBASTIÃO**

A unidade Básica de Saúde localizada no povoado São Sebastião, está em funcionamento há mais de 30 anos. Atende as comunidades vizinhas sendo realizados 150 atendimentos por mês. Foi relatado que os problemas com maiores incidências, são: violência doméstica e sexual, gravidez indesejada, drogas lícitas e ilícitas, porém, os casos citados não foram computados por não haver registros no PSF. Tais informações foram cedidas pelo PSF de acordo com observação e percepção, visto que quando os pais das crianças ou dos adolescentes não procuram ajuda na unidade os casos não podem ser registrados e posteriormente solucionados.

**UBS MORRO AGUDO**

A Unidade Básica de Saúde do Morro Agudo está em funcionamento há 47 anos, com 380 pacientes inscritos. São atendidos mensalmente 198 pacientes. A unidade atende as comunidades vizinhas Córrego do Ouro, Morro Agudo de Baixo, Banco da Terra etc. Os problemas de maiores incidências com crianças/adolescentes são o uso de drogas lícitas tais como cigarros e bebidas alcoólicas e as crianças e adolescente não procuram o PSF para tratar tais e os casos de gravidez indesejadas, estes são encaminhados à Clínica da Mulher para fazer pré-natal.



## QUANTITATIVOS DE VACINAS ADMINISTRADAS

Tabela 15 - Detalhamento de vacinas UBS São Sebastião

Vacinas	Idade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Total
Febre Amarela	01 mês a adulto		02	-	-	-	03	-	-	05
Influenza (Camp.)	01 mês a 18 anos	-	-	-	22	14	-	-	-	36
Poliomielite	01 mês a 02 anos	-	01	01	02	-	04	03	03	14
Rotavírus Humano	01 mês a 01 ano	-	-	-	-	02	04	03	03	12
Tríplice viral	01 mês a 01 ano	-	04	01	-	03	02	02	03	15
Penta	01 mês a 06 mês	-	01	02	-	02	04	02	02	13
Hepatite A	01 mês a 01 ano	-	03	-	01	02	01	01	01	09
HPV	09 a 14 anos	-	01	01	01	01	01	02	-	07
Meningite	01 mês a 15 anos	-	01	02	02	07	01	05	04	22
Pneumonia	01 mês a 04 anos	-	-	03	01	04	04	03	04	19
Varicela	01 mês a 04 anos	-	05	-	02	-	04	03	02	16
DTP	01 mês a 04 anos	-	05	-	01	-	02	01	-	09
Difteria e Tétano		-	-	-		-	-	01	-	01

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Tabela 16 - Detalhamento de vacinas UBS Morro Agudo

Vacina	Idade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Total
Penta	02 a 06 meses	-	-	03	-	03	05	02	-	13
VIP	02 a 06 meses	-	-	03	-	03	05	02	-	13
Rotavirus	02 meses e 04 meses	-	-	03	-	03	-	01	-	07
Pneumonia	02 meses,4 meses e 01 ano	-	-	03	-	03	05	03	-	14
Meningite C	03 e 05 meses e 01 ano	-	-	-	03	01	02	03	01	10
Triviral	01 ano e adulto	01	-	04	04	02	10	01	-	22
DTP	15 meses e 04 anos	-	-	-	-	03	02	03	01	09
VOP	15 meses e 04 anos	-	-	-	-	03	02	03	01	09
Hepatite .A	15 meses	-	-	-	-	03	02	-	-	05
Tetraviral	15 meses	-	-	-	-	03	02	-	-	05
HPV	09 anos a 13 anos	01	02	04	17	08	03	01	-	36
Meningite C	12 e 13 anos	-	-	-	21	-	-	-	-	21
Antitetânica	15 anos a 60 anos	04	05	12	09	04	02	05	-	41
Influenza	06 meses a 87 anos	-	-	-	78	58	45	12	-	193
Hepatite B	20 a 49 anos	-	-	-	-	05	02	-	-	07
Febre Amarela	09 meses 04 anos e adulto	06	02	-	10	07	04	03	02	34

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

**FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE**

Tabela 17 - Funcionamento dos PSF's

PSF	Atendimento Principal	Funcionamento (Anos)	Área de Abrangência	Pacientes Inscritos	Atendimento no Mês	Natureza da Instituição
Morro Agudo	Atenção básica	47 anos	Comunidades vizinhas	380	198	Municipal
São Sebastião	Atenção básica	30 anos	Comunidades vizinhas	Livre demanda	150	Municipal
Lagoa de Santo Antônio	Atenção básica	13 anos	Comunidades vizinhas	670	345	Municipal

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

**MECANISMOS DE REGISTROS PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA**

Tabela 18 - Registros de Violências

PSF	Não	Sim	Desde que ano	Casos registrados (Mês)	Casos encaminhados e solucionados
Morro Agudo	X	-	-	-	Sim
São Sebastião	X	-	-	-	Às vezes
Lagoa de Santo Antônio	X	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2019

**Questionário PSF Lagoa de Santo Antônio**

**Resposta: 5.** *Como esta unidade administra estas situações e quais formas são adotadas para o atendimento dos casos, além e após a atendimento clínico?*

Muito raro um jovem procurar a unidade para um tratamento.

**Resposta: 8.** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Mais incentivos para os adolescentes, como palestras para incentiva-los nas escolas, trabalho para evitar uso de drogas.

**Questionário PSF São Sebastião**

**Resposta: 5.** *Como esta unidade administra estas situações e quais formas são adotadas para o atendimento dos casos, além e após a atendimento clínico?*

A unidade procura ajuda com orientação e com conversas.

**Resposta: 6.4.** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema e resolvido de forma adequada?*

Às vezes, muitas das vezes ficam a desejar.

**Resposta: 8.** *Na sua avaliação, que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Oferta cursos e capacitação para as mães esta preparadas para mercado de trabalho, e os programas do governo dar, mas assistência essas famílias.

**Questionário PSF Morro Agudo**

**Resposta: 5.** *Como esta unidade administra estas situações e quais formas são adotadas para o atendimento dos casos, além e após a atendimento clínico?*

Gravidez e nesses casos são encaminhados para a clínica da mulher pois a unidade não faz pré-natal.

**Resposta: 6.4** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema e resolvido de forma adequada?*

Sim

**Resposta: 8.** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das criança e adolescentes?*

Mas investimento na educação principalmente cursos, oficinas e lazer pois na comunidade não tem nada para estas crianças e adolescentes.

### SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SDG

O Sistema de Garantia de Direitos - SDG pressupõe um trabalho em rede das instituições e dos atores envolvidos na proteção da infância e da adolescência e uma ampla parceria entre o poder público e a sociedade civil. A busca da intersectoralidade entre as diferentes áreas do governo, otimizando espaços, serviços e competências é condições imprescindíveis para que as crianças e os adolescentes sejam atendidas de modo integral, como prevê o ECA.

Tabela 19 - Violações no SGD

Instituição	Trabalho Infantil	Violência Física	Violência Doméstica	Violência e Abuso Sexual	Fome	Drogas
Conselho Tutelar	-	-	-	-	-	-
CRAS - Bela Vista	-	-	-	-	-	-
CRAS - Novo Horizonte	-	-	-	-	-	-
CRAS - Paracatuzinho	-	-	-	-	-	-
CREAS	-	23,52%	5,8	52,94	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2019

#### *Questionário CREAS*

**Resposta: 4.** *Como esta unidade administra estas situações e quais são as formas adotadas para atendimento dos casos, além e após o atendimento inicial?*

Atendimento em grupo, individual e encaminhamento para rede EX: saúde e educação, orientação e sensibilização

**Resposta: 5.** *Existem mecanismos de registro para os casos de violência contra a criança e o adolescente?*

5.1 Sim (x) Não ( )

5.2 Desde de que ano?

Desde o ano de 2006

5.4. *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do*

*assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Os casos recebidos e encaminhados são resolvidos, em regra de forma adequado dentro dos serviços disponibilizados no município.

**Resposta: 7.** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes?*

Criar e ofertar serviços acessíveis ao público identificado no diagnóstico situacional. Criar serviços de vigilância e monitoramento que realizem ações nas áreas identificadas.

### **Questionário Conselho Tutelar**

**Resposta: 4.** *Como esta unidade administra estas situações e quais são as formas adotadas para atendimento dos casos, além e após o atendimento inicial?*

Após receber a denúncia executar a escuta qualificada, fazer encaminhamentos adequados, com cada violação.

**Resposta: 5.** *Existem mecanismos de registro para os casos de violência contra a criança e ao adolescente?*

Sim (x) Não ( ) Desde de que ano? Desde o ano 94

**Resposta: 5.4.** *Quando os casos são encaminhados aos órgãos competentes, para tratar do assunto, na sua avaliação, o problema é resolvido de forma adequada?*

Não. Em grande maioria a própria família não coopera.

**Resposta: 7.** *Na sua avaliação que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes?*

Sim principalmente no que tange a sistematização dos casos. Aumento do RH. Criação de 1 Conselho Tutelar no município.

### **Questionário nos CRAS Novo Horizonte, CRAS Bela Vista e CRAS CEU Das Artes**

Foram feitas pesquisas de campo nos CRA's dos bairros Novo Horizonte, Bela Vista e do CEU das Artes. Conforme informações dos respectivos coordenadores, não há nenhuma demanda (atendimento) de crianças e adolescentes realizadas pelas suas equipes técnicas, uma vez que as mesmas não fazem atendimentos na zona rural deste município.

## **CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**

O CMDCA é uma instituição composta por membros da sociedade civil (50%) e do Poder Executivo Municipal (50%), que tenham cargos de direção em instituições voltadas para o segmento crianças e adolescentes e representantes de diversas secretarias do Governo Municipal. Todos os membros prestam seus serviços ao Conselho voluntariamente.

A Resolução CONANDA 113/117 determina em seu Artigo 22:

“Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios haverá um Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente, composto por igual número de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo a ampla participação da população, por suas organizações representativas, no processo de formulação e controle da política de atendimento aos direitos da criança e ao adolescente, dos seus programas, serviços e ações”.

A criação desse conselho está disposta e prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua função basicamente é discutir políticas públicas, e propor, acompanhar e fiscalizar ações direcionadas a esse público, com o objetivo de fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido no município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão com atribuições próprias, é autônomo e independente, mas deve funcionar de forma integrada para que possam promover a gestão e o funcionamento da política de proteção integral à criança e ao adolescente. A avaliação do Conselho é exercida a partir das vivências, experiências e conhecimento dos próprios conselheiros no exercício de suas atribuições, onde se explica suas forças e fragilidades a partir de suas estruturas e funcionamento.

Compete ao CMDCA, nos municípios:

1. Deliberar acerca das políticas públicas, implementadas pelo Poder Público local, voltadas à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes, e ainda a

fiscalização da correta e adequada execução dessas mesmas políticas (art. 227, §7º c/c art. 204, da CF e art. 88, inciso II, do ECA);

2. Esclarecer e mobilizar a sociedade para a efetiva proteção dos direitos de crianças e adolescentes;

3. Promover a interface com o Conselho Tutelar, realizando eleições para sua composição e capacitando seus membros eleitos;

4. Gerir o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA, vinculado diretamente ao CMDCA. A gestão deste Fundo visa a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a implementação das ações atendimento a crianças e adolescentes expostos a situações de risco pessoal e social, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas. Compete ao CMDCA a elaboração do Plano de Ação e do Plano de Aplicação do FMADCA. Plano de Ação - aponta as demandas de atendimento para crianças e adolescentes e propõe programas de atenção. Plano de Aplicação - planeja a aplicação dos recursos acordo com as diretrizes fixadas no Plano de Ação.

5. Inscrever e registrar as entidades privadas;

6. Exercer o Controle Social - participação e acompanhamento da elaboração das leis orçamentárias, garantindo, assim, recursos suficientes para secretarias responsáveis por implementar políticas direcionadas a crianças e adolescentes, e também a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, constante no artigo 227 da Constituição e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O papel de suma importância do CMDCA é a promoção do debate, em conjunto com Secretários Municipais, entidades e organizações representativas da sociedade, Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar, dentre outros agentes, do qual emergirão as ações, serviços, programas para atenção a crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.



**BIBLIOGRAFIA**

- Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente de Paracatu – Minas Gerais. Disponível em <http://www.conscienciarte.org.br/wp-content/uploads/2019/07/DIAGN%C3%93STICO-DA-SITUA%C3%87%C3%83O-DA-CRIAN%C3%87A-E-DO-ADOLESCENTE-DE-PARACATU-MG-2017.pdf>, acessado em julho de 2019;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <http://paracatu.mg.gov.br/agricultura>, acessado em setembro de 2019;
- III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022). Disponível em [https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy\\_of\\_PlanoNacionalversosite.pdf](https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf), acessado em setembro de 2019;



 **Projeto De Mãos  
Dadas Contra o  
Trabalho Infantil**



**SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**



**PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
PARACATU**